

Orçamento *definha* e pode forçar o ajuste fiscal

Valdir Messias 27.02.91

MARIZETE MUNDIM

A chegada do Orçamento Geral da União (OGU) para 1993 ao Congresso Nacional, amanhã, será um estímulo para a aprovação da reforma fiscal proposta pelo governo, independentemente da crise política vivida pelo País. A peça orçamentária é uma radiografia sem retoques da penúria financeira da União e limita os investimentos público em menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), quando a taxa histórica situa-se entre 7 a 8%. Quem defendeu esta tese para o *Jornal de Brasília* foi o coordenador da reforma fiscal, Ary Oswaldo Mattos Filho.

O limites de gastos dos ministérios, segundo a proposta orçamentária, serão 75% inferiores aos realizados este ano e não devem ultrapassar a US\$ 4 bilhões. As dificuldades para fechar as contas do orçamento que chega amanhã ao Congresso foram tantas que mesmo projetos absolutamente identificados com o presidente Collor, como os Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs), sofreram cortes: as mil unidades programadas para 1993 ficaram reduzidas a 300.

“O Orçamento vai colocar em preto e branco a realidade que espera o País no próximo ano e os parlamentares vão dispor de um quadro real para julgar a imprescindível necessidade de aprovar a reforma fiscal”, imagina Ary Oswaldo Mattos Filho. Ele diz: nas andanças pelo País e pelos corredores do Congresso, recolhi a certeza de que prevalece uma sensação muito forte de que mudanças fiscais terão que ocorrer, se não o País mergulhará ainda mais profundamente na recessão, no desemprego, na crise social”.

Ele admite que a proposta do governo concorrerá com outras sugestões de mudanças fiscais, como a do deputado Luís Roberto Ponte, e a do Imposto Único. Mas disse estar certo de que novas fontes de arrecadação da União serão definidas porque há a consciência de que, em caso contrário, o País ficará estagnado no próximo ano e ninguém deseja isto.

“O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), já instalou uma comissão especial para estudar a Reforma Tributária, cujo relator é o deputado Benito Gama. Esta comissão deverá se reunir na próxima quarta-feira e tenho a convicção de que ainda este ano a reforma será aprovada”, argumentou Mattos Filho.

Para ganhar tempo na tramitação da reforma, ao invés de enviá-la como projeto de lei, o governo decidiu acoplá-la ao projeto do deputado Luís Carlos Haully (PST-PR), em quase tudo semelhante à proposta do Executivo. Como o projeto de Haully já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, as idéias do governo economizam um mês de tramitação no Congresso.

Os impostos previstos na proposta do governo, que não constam do projeto do deputado (sobre Ativos e o Imposto Especial, sobre energia elétrica, combustíveis, telefone, cigarros e bebidas) precisam ser endossados por um terço da Câmara (168 deputados), ou de lideranças que representam esta proporção de parlamentares.

Com o Imposto sobre Transações Financeiras, Impostos sobre Ativos e Imposto Especial sobre energia elétrica, combustíveis e telefones, o governo espera arrecadar, na pior das hipóteses, 4,8% do PIB, ou US\$ 20 bilhões; na expectativa mais otimista, 6,2% do PIB, ou US\$ 27 bilhões.



Orçamento retrata penúria da União e limita investimentos a menos de 1% do PIB, diz Mattos Filho